

UNIÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - USBEE

CNPJ 92.706.308/0001-75
Rua Irmão José Otão, 11 - Porto Alegre - RS - CEP 90.035-060

BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)					
ATIVO			PASSIVO		
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE	22.047.139,90	18.533.339,41	CIRCULANTE	2.649.249,35	7.856.447,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.452.712,35	8.864.078,86	Fornecedores	645.814,69	1.450.163,36
Caixa e Equivalentes de	-	-	Empréstimos e Financiamentos	11a 305.555,55	-
Caixa - Com Restrição	6a -	2.541.397,62	Obrigações Trabalhistas	11b 223.310,12	621.576,21
Aluguéis a Receber	6b 1.949.704,64	2.019.188,56	Obrigações Fiscais	11c 13.442,62	44.861,82
(-) Perdas Est.em Crédito de	-	-	Subvenção a Realizar - Com Restrição	-	4.884.306,12
Liquidação Duvidosa	6c (24.193,92)	-	Contas a Pagar	11d 1.156.776,87	18.355,32
Subvenção a Receber - Com Restrição	-	2.342.908,50	Provisões	11e 296.849,50	829.685,11
Outras Contas a Receber	6d 5.656.850,34	2.752.846,34	Receitas Antecipadas	11f 7.500,00	7.500,00
Tributos a Compensar e Recuperar	12.066,49	12.919,53	NÃO CIRCULANTE	10.845.757,03	7.840.038,09
NÃO CIRCULANTE	1.614.894.171,88	396.036.556,31	Empréstimos e Financiamentos	12a 2.694.444,45	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61.981.440,99	30.282.627,79	Subvenção a Realizar - Com Restrição	-	7.704.902,84
Contas a Receber	7a 35.073.986,84	2.548.474,12	Outras Contas a Pagar	12b 8.091.812,58	-
Subvenção a Receber - Com Restrição	-	7.704.902,84	Provisões	12c 59.500,00	135.135,25
Depósitos Judiciais	7b 24.802,00	23.262,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.623.446.305,40	398.873.409,69
Títulos e Valores Mobiliários	7c 26.882.652,15	20.005.988,83	Patrimônio Social	13a 1.338.161.162,28	196.218.700,99
INVESTIMENTOS	1.521.422.609,05	8.918,07	Realização Reserva Reavaliação	13b 26.078.721,26	56.869.518,72
IMOBILIZADO	31.490.121,84	365.695.047,33	Cisão Parcial	13d 144.743.312,64	144.816.447,17
INTANGÍVEL	-	49.963,12	Superávit do Período	14 114.463.109,22	968.742,81
TOTAL DO ATIVO	1.636.941.311,78	414.569.895,72	TOTAL DO PASSIVO	1.636.941.311,78	414.569.895,72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)					
MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	REALIZAÇÃO RESERVA REAVALIAÇÃO	CISÃO PARCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2020	182.361.055,79	58.695.890,72	-	12.031.273,20	253.088.219,71
Incorporação ao Patrimônio Social	11.202.256,16	-	-	(11.202.256,16)	-
Realização Reserva Reavaliação	1.826.372,00	(1.826.372,00)	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	968.742,81	968.742,81
Ajustes Exercícios Anteriores	829.017,04	-	-	(829.017,04)	-
Cisão Parcial	-	-	144.816.447,17	-	144.816.447,17
SALDO EM 31/12/2021	196.218.700,99	56.869.518,72	144.816.447,17	968.742,81	398.873.409,69
Incorporação ao Patrimônio Social	968.742,81	-	-	(968.742,81)	-
Realização Reserva Reavaliação	916.715,88	(30.790.797,46)	-	-	(29.874.081,58)
Superávit do Período	-	-	-	114.463.109,22	114.463.109,22
Cisão Parcial	-	-	(73.134,53)	-	(73.134,53)
Troca de Manutenção	(89.083,42)	-	-	-	(89.083,42)
Ajuste a Valor Justo Imóveis	1.140.146.086,02	-	-	-	1.140.146.086,02
SALDO EM 31/12/2022	1.338.161.162,28	26.078.721,26	144.743.312,64	114.463.109,22	1.623.446.305,40

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO FINDOS EM 2022 E 2021 (EM R\$)					
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021			
Superávit do Período	114.463.109,22	968.742,81			
Ajustes por:					
Cisão Parcial	(73.134,53)	144.816.447,17			
Troca de Manutenção	(89.083,42)	-			
Ajuste Avaliação Imóveis Propriedade Para Investimento	1.140.146.086,02	-			
Ajuste Avaliação Patrimonial	(29.874.081,58)	-			
Despesas Antecipadas	-	131.338,14			
Depreciação	9.030.686,18	9.224.601,17			
Aumento (diminuição) das Contas do Ativo e Passivo:					
Contas a Receber	(787.273,74)	19.911.835,07			
(-) Perdas Est.em Crédito de Liquidação Duvidosa	24.193,92	(918.063,18)			
Adiantamentos a Func. e Fornecedores	295.662,16	1.879.146,70			
Empréstimos e Financiamentos	305.555,55	(4.060.330,00)			
Fornecedores	(804.348,67)	(3.293.757,59)			
Obrigações Fiscais	(30.566,16)	(161.885,71)			
Obrigações Trabalhistas	(398.266,09)	(8.094.119,95)			
Subvenção a Realizar - Com Restrição	(12.589.208,96)	1.366.916,51			
Contas a Pagar	1.138.421,55	(83.449,28)			
Provisões	(532.835,61)	(9.102.479,65)			
Receitas Antecipadas	-	(16.466.297,26)			
Realizável a Longo Prazo	(24.822.149,88)	(5.422.286,76)			
Fornecedores - LP	8.091.812,58	(172.253,04)			
Provisões - LP	(75.635,25)	(3.954.959,57)			
Caixa gerado pelo fluxos operacionais	1.203.418.943,29	126.569.145,58			
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisições de Imobilizado	(15.076.044,28)	(43.490.593,19)			
Vendas/Baixas de Imobilizado	340.300.246,71	(47.949.250,03)			
Propriedade para Investimentos	(1.521.413.690,98)	-			
Aplicações Financeiras	(6.876.663,32)	5.582.548,59			
Caixa gerado pelo fluxos de investimentos	(1.203.066.151,87)	(85.857.294,63)			
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Empréstimos e Financiamentos - LP	2.694.444,45	(36.170.935,00)			
Caixa gerado pelo fluxos de financiamentos	2.694.444,45	(36.170.935,00)			
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO					
CAIXA E EQUIVALENTES	3.047.235,87	4.540.915,95			
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO	11.405.476,48	6.864.560,53			
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	14.452.712,35	11.405.476,48			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDOS DE JANEIRO A FEVEREIRO DE 2022 (EM R\$)			
POR ATIVIDADE			
	MANTENEDORA/EDUCAÇÃO	ASSIST. SOCIAL	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	129.708,11	1.131.320,49
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-	(934.911,31)
RECEITA/DESPESA OPERACIONAL	(1.166.206,84)	(196.434,28)	(919.864,10)
DEFICIT OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.166.206,84)	(66.726,17)	(723.454,92)
SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO LÍQUIDO	252.654,95	-	(367,87)
+/- OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.054.900,72)	-	-
DEFICIT DO PERÍODO	(1.968.452,61)	(66.726,17)	(723.822,79)

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, consideradas as disposições emanadas da Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A entidade aplicou Lei Complementar nº 187/21 no que tange o processo de certificação das entidades beneficiadas de assistência social e isenção das contribuições para a seguridade social, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, onde a entidade ainda era certificada. A Administração da Entidade autorizou a emissão e publicação das demonstrações contábeis em 25/04/2023.			
3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL: A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. Os livros e documentos contábeis e fiscais da Entidade são emitidos em forma eletrônica através do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.			
4 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.			
5 - AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados: a) As receitas e despesas foram apropriadas pelo princípio da competência dos exercícios e reconhecidas nos resultados dos mesmos; b) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais; c) Os Ativos e Passivos de até 360 dias (um ano) foram considerados como circulantes; d) Os Ativos e Passivos após 360 dias (um ano) foram considerados como não circulantes; e) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, com os rendimentos financeiros reconhecidos como receita até a data do encerramento do exercício.			
6 - ATIVO CIRCULANTE: "a) O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma das agências			

Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Total	14.452.712,35	11.405.476,48
Caixa	189.304,09	133.598,06
Bancos c/ Disposição - Sem Restrição	604.819,59	435.276,93
Bancos c/ Disposição - Com Restrição	-	60.287,98
Títulos e Valores Mobiliários - Sem Restrição	13.658.588,67	8.295.203,87
Títulos e Valores Mobiliários - Com Restrição	-	2.481.109,64

b) Aluguéis a Receber - Os valores a título de aluguéis a receber são referentes a imóveis destinados a locação. O ano de 2021 os valores de aluguéis estavam alocados na conta contábil do ano corrente. Para o ano de 2022 realizamos a reclassificação dos valores de aluguéis para os seus respectivos anos de faturamento.

Aluguéis a Receber	2022	2021
Total	1.949.704,64	2.019.188,56
Aluguéis a Receber ano de 2017	112.664,47	-
Aluguéis a Receber ano de 2018	255.507,67	-
Aluguéis a Receber ano de 2019	321.338,59	-
Aluguéis a Receber ano de 2020	350.771,78	-
Aluguéis a Receber ano de 2021	83.849,27	-
Aluguéis a Receber Ano Corrente	825.572,86	2.019.188,56

c) As Perdas Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa foi calculada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas de acordo com estimativas da Administração. Os últimos 5 anos ao ano corrente são provisionados com base no % de Inadimplência média dos recebimentos dos aluguéis. Já o saldo referente ao 6º ano é baixado em sua totalidade para Perdas com Inadimplentes; d) Outras Contas a Receber - O grupo Outras Contas a Receber apresenta nos anos de 2022 e 2021 respectivamente a seguinte composição: - Valores a Receber Alienação de Bens corresponde a venda de Ativo Imobilizado; - Diárias e Estadas correspondem a locação de espaços para realização de eventos; Notas a Receber correspondem a demais valores a receber de terceiros; - Adiantamento a Fornecedores correspondem a valores repassados financeiramente para aquisição de produtos e/ou prestação de serviços; - Adiantamento a Funcionários e Férias correspondem a valores de adiantamentos para viagens, insuficiência de saldo e férias dos colaboradores; - Tributos a Compensar e Recuperar correspondem a valores de tributos pagos a maior e/ou em duplicidade, em processo de restituição juntos aos órgãos competentes.

Outras Contas a Receber	2022	2021
Total	5.668.916,83	2.765.765,87
Valores a Receber Alienação de Bens	5.306.000,49	1.880.011,38
Contas a Receber	-	193.373,37
Diárias e Estadas a Receber	20.737,00	-
Notas a Receber	213.956,10	267.642,68
Adiantamento a Fornecedores	28.515,51	93.700,00
Adiantamentos a Funcionários	14.102,22	47.143,85
Adiantamento a Férias	73.539,02	270.975,06
Tributos a Compensar e Recuperar	12.066,49	12.919,53

7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: a) Contas a Receber - Referem-se a recebimentos com prazos superiores a 360 dias (um ano). A composição desses valores basicamente são vendas de ativo imobilizado e outros créditos a receber;

Contas a Receber	2022	2021
Total	35.073.986,84	2.548.474,12
Notas a Receber - LP	309.474,72	309.474,72
Valores a Receber Alienação de Bens	34.764.512,12	2.238.999,40

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 2022 E 2021 (EM R\$) POR ATIVIDADE					
MANTENEDORA E UNIDADES DE APOIO					
ATIVO			PASSIVO		
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE	22.047.139,90	13.091.575,00	CIRCULANTE	2.649.249,35	1.829.390,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.452.712,35	8.764.384,49	Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos	645.814,69	1.250.012,86
Aluguéis a Receber	1.949.704,64	2.019.188,56	Obrigações Trabalhistas	305.555,55	-
(-) Perdas Est.em Crédito de Liquidação Duvidosa	(24.193,92)	-	Obrigações Fiscais	223.310,12	220.024,98
Outras Contas a Receber	5.656.850,34	2.295.082,42	Contas a Pagar	13.442,62	9.649,03
Tributos a Compensar e Recuperar	12.066,49	12.919,53	Provisões	1.156.776,87	14.253,39
NÃO CIRCULANTE	1.614.894.171,88	384.617.675,21	Receitas Antecipadas	296.849,50	327.950,05
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61.981.440,99	22.569.434,95	NÃO CIRCULANTE	10.845.757,03	72.900,00
Contas a Receber	35.073.986,84	2.548.474,12	Empréstimos e Financiamentos	7.500,00	7.500,00
Depósitos Judiciais	24.802,00	14.972,00	Outras Contas a Pagar	2.694.444,45	-
Títulos e Valores Mobiliários	26.882.652,15	20.005.988,83	Provisões	8.091.812,58	-
INVESTIMENTOS	1.521.422.609,05	8.918,07	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.623.446.305,40	395.806.959,90
IMOBILIZADO	31.490.121,84	361.989.359,07	Patrimônio Social	59.500,00	72.900,00
INTANGÍVEL	-	49.963,12	Realização Reserva	1.377.358.961,03	227.119.716,32
TOTAL DO ATIVO	1.636.941.311,78	397.709.250,21	Reavaliação	26.078.721,26	56.869.518,72
			Cisão Parcial	104.525.042,65	104.535.166,56
			Superávit do Período	115.483.580,46	7.282.558,30
TOTAL DO PASSIVO	1.636.941.311,78	397.709.250,21			

Continuação					
UNIÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - USBEE					
CNPJ 92.706.308/0001-75					
Rua Irmão José Otão, 11 - Porto Alegre - RS - CEP 90.035-060					
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)					
8 - INVESTIMENTOS: a) Os Investimentos são compostos por ações junto à empresa Brasil Telecom e Propriedade para Investimento. Propriedade para Investimento: Em 2022 a Entidade aplicou pela primeira vez o CPC 28 - Propriedade Para Investimento. Foi realizada a reclassificação contábil dos imóveis utilizados para renda, transferindo os imóveis do Grupo do Imobilizado para o Grupo de Investimentos, em atendimento ao CPC 28 - Propriedade para Investimento. Também em atendimento ao CPC 28, foi realizado a atualização dos valores dos imóveis pelo método do valor justo (valor de mercado), mediante laudos técnicos emitidos por empresa de atuação nesse mercado. Os laudos de avaliação foram elaborados e apresentados com duas informações de valor: com avaliação na data de 31 de dezembro de 2021, onde a variação positiva e/ou negativa foi lançada no Patrimônio Social e a outra avaliação com a data da finalização do laudo, realizada em 2022, onde a variação positiva e/ou negativa foi lançada no resultado.					
Propriedade Para Investimento	Saldo Inicial	Valor Transferido - Imobilizado	Ajuste Avaliação Patrimonial	Atualização Valor Justo	Saldo Final
Total	-	315.073.246,47	(28.016.742,74)	1.234.357.187,25	1.521.413.690,98
Imóveis	-	285.278.976,25	(28.016.742,74)	1.231.281.696,53	1.488.543.930,04
Terrenos	-	29.794.270,22	-	3.075.490,72	32.869.760,94
9 - IMOBILIZADO: a) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2022:					
Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/Transferências	Deprec. Acumulada	Saldo Final
Equipamentos de Informática	486.658,76	268.967,33	(471.163,90)	(103.159,18)	181.303,01
Máquinas e Equipamentos	255.763,16	28.747,00	(123.345,53)	(27.554,62)	133.610,01
Móveis e Utensílios	1.117.911,82	771.048,77	(883.468,10)	(190.072,55)	815.419,94
Prédios	280.710.273,48	-	(264.133.884,40)	(7.450.550,06)	9.125.839,02
Terrenos	35.383.505,03	10.524.395,61	(28.470.390,79)	-	17.437.509,85
Veículos	593.451,04	323.285,92	(139.015,76)	(255.774,07)	521.947,13
Imobilizado em Andamento	9.201.334,71	3.159.599,65	(9.086.441,48)	-	3.274.492,88
Imóveis para Renda	37.946.149,33	-	(36.992.536,75)	(953.612,58)	-
Total	365.695.047,33	15.076.044,28	(340.300.246,71)	(8.980.723,06)	31.490.121,84
b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014 foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Software e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o CPC 28 - Propriedade para Investimento, reestruturando os registros dos Imóveis destinados para renda que estavam alocados no Ativo Imobilizado, transferindo para o grupo Investimento no Ativo Não Circulante. Além dessa reclassificação contábil, também foi realizado a avaliação pelo método do valor justo, atualizando os valores dos imóveis, através de laudos técnicos emitidos por empresa especializada nessa atividade. Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:					
Conta Patrimonial			Vida Útil		
Equipamentos de Informática			10 Anos		
Imóveis - Propriedade para Investimento			25 Anos		
Máquinas e Equipamentos			10 Anos		
Móveis e Utensílios			10 Anos		
Prédios			25 Anos		
Software			5 Anos		
Veículos			3 Anos		
10 - INTANGÍVEL: O Intangível é composto pela conta de softwares. As imobilizações apresentam a seguinte composição com as respectivas aquisições e baixas no período de 2022:					
Intangível	Saldo inicial	Aquisições	Baixas/Transferências	Amortização Acumulada	Saldo Final
Software	49.963,12	-	-	(49.963,12)	-
Total	49.963,12	-	-	(49.963,12)	-
11 - PASSIVO CIRCULANTE: a) Fornecedores - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 360 dias (um ano). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. b) Empréstimos e Financiamentos: Essa Rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros com a finalidade de capital de giro e financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades da operação.					
Instituição Bancária		2022		2021	
Total		305.555,55		-	
Banco Unicred		305.555,55		-	
A entidade contratou uma Cédula de Crédito Bancário (empréstimo) junto a Cooperativa de Economia e Crédito dos Médicos de Porto Alegre Ltda no montante de R\$ 3.000.000,00. Esse montante será utilizado para a construção de uma Usina Fotovoltaica, com início do projeto de execução em 2022. A quitação da dívida se dará em 120 meses, sendo 12 meses de carência e 108 meses de amortização. A taxa de juros remuneratórios se dará da seguinte forma: 0,29 % a.m, 3,54 % a.a acrescido de 100,00% do CDIPAD - CDI PADRAO UBR. c) Obrigações Trabalhistas: Essa rubrica é composta pelas contas de salários e encargos sociais a pagar. d) Contas a Pagar - Essa rubrica é composta por obrigações com terceiros, com vencimentos de até 360 dias (um ano). e) A Provisão constituída e demonstrada no Passivo Circulante refere-se as férias da folha de pagamento, com encargos correspondentes; f) Receitas Antecipadas: Refere-se a garantia de caução de locação de imóvel.					
12 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE: a) Empréstimos e Financiamentos - LP: Essa rubrica é composta por recursos captados junto a terceiros, com prazo superior a 360 dias (um ano), com a finalidade de financiamentos de projetos de expansão e inovações das atividades da operação.					
Instituição Bancária		2022		2021	
Total		2.694.444,45		-	
Banco Unicred		2.694.444,45		-	
b) Outras Contas a Pagar é composta por obrigações a pagar com terceiros, com vencimentos superiores a 360 dias (um ano).					
Outras Contas a Pagar		2022		2021	
Total		8.091.812,58		-	
Juros a Pagar Alienação de Bens - Permuta		8.091.812,58		-	
c) As Provisões - LP referem-se à provisão constituída para cobrir perdas prováveis em ações Trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho. O grupo Provisões - LP apresenta nos anos de 2022 e 2021 respectivamente a seguinte composição.					
Provisões - LP		2022		2021	
Total		59.500,00		135.135,25	
Provisão Indeniz. Trabalhistas - LP		59.500,00		135.135,25	
Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível cuja probabilidade de perda é possível, conforme apresentado abaixo:					
Processos		2022		2021	
Total		2.000.000,00		472.992,31	
Imobiliário		2.000.000,00		-	
Trabalhista		-		214.890,39	
Cível		-		258.101,92	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
Examinamos as demonstrações contábeis da UNIÃO SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.					
Base para opinião					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis					
"A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. "					
Responsabilidade dos auditores independentes					
"Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.					
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.					
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) O Patrimônio Líquido é formado pelos bens da Entidade, com os acréscimos/decréscimos de superávits/déficits alcançados na execução dos objetivos estatutários. b) Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores para o ano de 2022. c) Patrimônio Social: Em atendimento ao CPC 28 - Propriedade Para Investimento, foi realizado a atualização dos valores dos imóveis pelo método do valor justo (valor de mercado), mediante laudos técnicos emitidos por empresa de atuação nesse mercado. Os laudos de avaliação foram elaborados e apresentados com duas informações: com avaliação na data de 31 de dezembro de 2021, onde a variação positiva e/ou negativa foi lançada no Patrimônio Social e a outra avaliação com a data de finalização do laudo, realizada em 2022, onde a variação positiva e/ou negativa foi lançada no resultado do período. d) Cisão Parcial - A movimentação do processo de Cisão parcial no exercício de 2022 e 2021 resultou no montante de R\$ 144.743.312,64; e) Ajuste a Valor Presente: Em cumprimento à Resolução CFC nº 1.151/09 que aprova (NBC TG 12) e à Lei 11.638/07, a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. f) Redução Ao Valor Recuperável de Ativo (Impairment) : A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº. 11.638/07, Deliberação da CVM nº. 527, Resolução CFC nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01 – R4) e não obteve indícios de que os montantes estejam registrados a valores não recuperáveis.					
14 - RESULTADO: O superávit do período de 2022 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Instituições sem finalidade de lucros em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. a) Eventualmente a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas. No exercício de 2022 foi recebido o valor R\$ 49.521,57 e em 2021 R\$ 83.009,16; b) No exercício de 2022 a Entidade recebeu e executou conforme plano de aplicação o valor de R\$ 1.351.448,60 e em 2021 R\$ 7.144.853,81 a título de Subvenção Pública devidamente registrado em contas próprias Patrimoniais e de Resultado, de acordo com a Resolução CFC nº 1.305/10. A redução dos valores para 2022 referem-se a troca de manutenção, onde a Entidade deixou de ter a preponderância na área da Assistência Social e passou a ser preponderantemente na Organização Religiosa e por consequência deixou de ter a certificação do CEBAS. c) Os Benefícios usufruídos pela Entidade no exercício de 2022 com as isenções de Contribuições Previdenciárias e Terceiros, importam em R\$ 475,36 e em 2021 R\$ 2.795.171,82. d) Em decorrência do processo de Cisão Parcial no exercício de 2021 e da troca de manutenção realizada em 2022, a Entidade deixou de ter sua preponderância na área da Assistência Social e passou a ter a preponderância como Organização Religiosa. Devido a essa reestruturação e em consonância a Lei Complementar 187 de 2021 e ITG 2002 (R1), foi reclassificado para o ano de 2021 na Demonstração do Resultado do Período, no grupo de contas Receitas com Aluguéis.					
15 - COBERTURA DE SEGUROS: A Entidade mantém contratos de seguros para coberturas de riscos de seus bens do ativo imobilizado. Os bens imóveis e móveis estão seguros através de apólices de seguros com garantias totais de R\$ 488.380.466,38 e os veículos de R\$ 3.420.339,00.					
16 - DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO Nº 14 DO CTN - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: a) A Entidade aplica integralmente suas rendas, subvenções, doações, recursos e o seu eventual superávit operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, conforme previsto no artigo 20 do seu Estatuto Social; b) A Entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto no artigo 5º do seu Estatuto Social; c) A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme previsto no artigo 21 do seu Estatuto Social; d) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas de forma digital através das declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão; e) A entidade cumpre com todas as obrigações fiscais (municipais, estaduais e federais) ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb e EFD-REINF em consonância a Lei complementar 187 de 2021.					
17 - DOS FINS FILANTRÓPICOS - FORMALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS: A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais utiliza a Resolução do CNAS nº 109/09 que trata da Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais seguindo a matriz: público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. "SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS de 6 a 15 DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. PÚBLICO ALVO: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Nº DE ATENDIDOS: 960; SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 15 a 17 DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. PÚBLICO ALVO: Adolescentes de 15 a 17 anos. Nº DE ATENDIDOS: 108; SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS IDOSO +60 DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. PÚBLICO ALVO: Atende a idosos a partir dos 60 anos, em situação de vulnerabilidade social. Nº DE ATENDIDOS: 50; PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DESCRIÇÃO DA AÇÃO: É o programa técnico-profissional para jovens de 14 a 24 anos, que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. PÚBLICO ALVO; Voltado à promoção do acesso ao Mundo do Trabalho para jovens entre 14 e 24 anos, e para pessoa com deficiência, sem limite de idade. Nº DE ATENDIDOS: 237; SERVIÇO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA – SAF DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O Serviço de Atendimento à Família – SAF, é um serviço ofertado a partir do escopo do Sistema Único da Assistência Social. PÚBLICO ALVO; Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária Nº DE ATENDIDOS: 1.500 famílias; Os valores aplicados de janeiro a fevereiro de 2022 com recursos próprios, nos Serviços, Programas e Projetos na área de Assistência Social representaram um custo de R\$ 985.833,64. Para o período de março a dezembro de 2022, os valores de recursos próprios foram no montante de R\$ 153.108,09.					
18 - EVENTOS SUBSEQUENTES - INCORPORAÇÃO: Dando continuidade à reorganização administrativa iniciada com a cisão parcial da entidade, autorizada em AGE ocorrida em 29 de Janeiro de 2021 e troca de manutenção realizada em 2022, aprovada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de novembro de 2021, conforme Protocolo e Justificação datado em 23 de janeiro de 2023 através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a entidade realizará em 2023 a incorporação total da Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA, constituída com a natureza jurídica de Organização Religiosa . Também fica decidido a alteração da razão social da União Sul Brasileira de Educação e Ensino - USBEE para Província Marista Brasil Sul Amazônia - PMBSA.					
19 - LEI COMPLEMENTAR 187: Em consonância às alterações da Lei Complement					